



MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES CONFERE COM O ORIGINAL			
Brasília, 02 / 02 / 09			
Silvio Sérgio Barbosa Mat.: Simep 91745			

CC02/C01  
Fls. 140

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
PRIMEIRA CÂMARA**

**Processo nº** 15374.003219/00-27  
**Recurso nº** 132.422 Voluntário  
**Matéria** Cofins  
**Acórdão nº** 201-81.546  
**Sessão de** 06 de novembro de 2008  
**Recorrente** KHALIL M. GEBARA & CIA. LTDA.  
**Recorrída** DRJ no Rio de Janeiro - RJ

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Data do fato gerador: 31/03/1997, 30/04/1997, 31/05/1997, 30/06/1997, 31/07/1997, 31/08/1997, 30/09/1997, 31/10/1997, 30/11/1997, 31/12/1997, 31/01/1998, 28/02/1998, 31/03/1998, 30/04/1998, 31/05/1998, 30/06/1998, 31/07/1998, 31/08/1998, 30/09/1998, 31/10/1998, 30/11/1998, 31/12/1998, 31/01/1999, 28/02/1999, 31/03/1999, 30/04/1999, 31/05/1999, 30/06/1999, 31/07/1999

FINSOCIAL. INDÉBITOS. COMPENSAÇÃO COM DÉBITOS DE COFINS. IMPEDIMENTO A COMPENSAÇÃO COM QUAISQUER TRIBUTOS FEDERAIS. INAPLICABILIDADE AO CASO DO RECURSO.

A alegação de inexistência de impedimento para compensação de indébitos de Finsocial com débitos de quaisquer tributos federais não se aplica a recurso que discute especificamente a compensação de indébitos do Finsocial com débitos da Cofins.

**ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

Data do fato gerador: 31/03/1997, 30/04/1997, 31/05/1997, 30/06/1997, 31/07/1997, 31/08/1997, 30/09/1997, 31/10/1997, 30/11/1997, 31/12/1997, 31/01/1998, 28/02/1998, 31/03/1998, 30/04/1998, 31/05/1998, 30/06/1998, 31/07/1998, 31/08/1998, 30/09/1998, 31/10/1998, 30/11/1998, 31/12/1998, 31/01/1999, 28/02/1999, 31/03/1999, 30/04/1999, 31/05/1999, 30/06/1999, 31/07/1999

FINSOCIAL. INDÉBITOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DOS ÍNDICES DA TABELA DE COEFICIENTES DA NORMA DE EXECUÇÃO CONJUNTA SRF/COSIT/COSAR Nº 08, DE 27 DE JUNHO DE 1997.

Aplicam-se à compensação os índices de correção monetária previstos em norma legalmente expedida pelo poder competente, que indicam os índices oficiais de correção monetária.

JFM  
400

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 02 / 02 / 09

Silvio Silveira Barbosa  
Mat.: Siepe 91745

CC02/C01  
Fls. 141

INDÉBITOS. JUROS COMPENSATÓRIOS "SELIC". TERMO INICIAL.

O termo inicial para a incidência dos juros compensatórios calculados pela taxa Selic, relativamente a valor objeto de restituição ou de compensação, era a data do pagamento indevido ou a maior do que o devido, nos anos de 1996 e 1997, e o mês seguinte a tal data, a partir de 1998.

Recurso voluntário negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da PRIMEIRA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

*Josefa Maria Coelho Marques*  
JOSEFA MARIA COELHO MARQUES

Presidente

*José Antônio Francisco*  
JOSE ANTONIO FRANCISCO

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Walber José da Silva, Fabiola Cassiano Keramidas, Maurício Taveira e Silva e Fernando Luiz da Gama Lobo D'Eça e Alexandre Gomes.

Ausente ocasionalmente o Conselheiro Gileno Gurjão Barreto.

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE	CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, <u>02</u> / <u>02</u> / <u>09</u>	
Sávio Siqueira Barbosa Mat.: Siapn 91745	

CC02/C01  
Fls. 142

## Relatório

Trata-se de recurso voluntário (fls. 121 a 127) apresentado em 24 de outubro de 2005 contra o Acórdão nº 9.486, de 21 de julho de 2005, da DRJ no Rio de Janeiro - RJ (fls. 101 a 107), do qual tomou ciência a interessada em 22 de setembro de 2005 e que, relativamente a auto de infração de Cofins dos períodos de março de 1997 a julho de 1999, considerou procedente o lançamento. A ementa do Acórdão de primeira instância foi a seguinte:

*"Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins*

*Período de apuração: 01/03/1997 a 31/07/1999*

*Ementa: Falta de Recolhimento*

*A falta ou insuficiência de recolhimento do COFINS, apurada em procedimento fiscal, enseja o lançamento de ofício com os devidos acréscimos legais.*

*Matéria não impugnada*

*Considera-se como não impugnada a contribuição lançada, quando não contestada expressamente pelo contribuinte.*

*Atualização Monetária*

*A compensação de valor pago a maior sofre atualização monetária até 31/12/95 nos termos da Norma de Execução Conjunta SRF/COSIT/COSAR nº 08/97 e, a partir de 01/01/96, de acordo com a variação da taxa Selic.*

*Lançamento Procedente".*

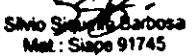
O auto de infração foi lavrado em 14 de dezembro de 2000 e, segundo o termo de fls. 71 a 73, a interessada não informou em DCTF os valores relativos a PIS e Cofins devidos, deixando de recolhê-los no período de junho de 1995 a junho de 2000.

Informou a interessada que estaria compensando indébitos do Finsocial (alíquota acima de 0,5%), do PIS (Ação Cautelar nº 93.0025602-5, principal: 93.0063591-3) e da contribuição social sobre o lucro (Ação Judicial nº 95.0009677-3).

A partir dos valores dos créditos apurados, a Fiscalização conclui que restou saldo parcial relativamente ao período de julho de 1999 e integral relativamente aos períodos de agosto de 1999 em diante.

A seguir, esclareceu que os valores lançados no auto de infração do presente processo referem-se aos valores compensados da Cofins com base na decisão judicial não definitiva.

J Jau

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE		
CONFERE COM O ORIGINAL		
Brasília.	02	02
109		
		
Sílvio Silveira Barbosa		
Matr.: Siage 91745		

CC02/C01  
Fls. 143

No recurso, a interessada alegou inicialmente que caberia a utilização dos “índices de correção monetária devidos” e dos “expurgos inflacionários”.

No tocante ao Finsocial, alegou que os indébitos seriam compensáveis com quaisquer tributos federais.

Em relação aos expurgos inflacionários, citou ementas de acórdãos judiciais e o Parecer AGU/MF nº 1, de 1996.

Por fim, afirmou que a taxa Selic deveria incidir sobre os indébitos a partir do mês do recolhimento e não a partir do mês subsequente ao do pagamento indevido ou a maior do que o devido, conforme previsto na Lei nº 9.250, de 1995, art. 39, § 4º, e Lei nº 9.532, de 1997, art. 73.

Segundo a interessada, a incidência dos juros Selic ocorreria a partir do pagamento ainda que efetuado anteriormente à vigência da Lei nº 9.250, de 1995, nos termos da doutrina e jurisprudência citadas.

É o Relatório.



MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 02 / 02 / 09

Sílvio Sérgio de Oliveira Barbosa  
Mat.: Suape 91745

CC02/C01  
Fls. 144

## Voto

Conselheiro JOSÉ ANTONIO FRANCISCO, Relator

O recurso é tempestivo e satisfaz os demais requisitos de admissibilidade, dele devendo-se tomar conhecimento.

As questões discutidas no recurso são os índices de correção monetária, a compensação de Finsocial com quaisquer tributos federais e a aplicação dos juros Selic a partir do mês do recolhimento indevido, ainda que anteriormente à Lei nº 9.250, de 1995.

Em relação ao Parecer AGU/MF nº 1, de 1996, suas conclusões não albergam o entendimento da recorrente.

De fato, a conclusão do Parecer é de que os indébitos devem ser corrigidos segundo os índices oficiais de correção monetária, anteriormente à Lei nº 8.383, de 1991, o que não engloba os expurgos inflacionários.

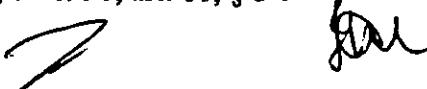
A referida Lei previu a correção dos valores de restituição a partir da data do pagamento indevido ou a maior, mas em relação ao período anterior ao da instituição da Ufir a legislação continuava omissão.

Então, o parecer esclareceu que, mesmo sem previsão legal expressa, os indébitos anteriores deveriam ser corrigidos pelos índices oficiais, conforme a ementa abaixo reproduzida:

*"EMENTA: - Mesmo na inexistência de expressa previsão legal, é devida correção monetária de repetição de quantia indevidamente recolhida ou cobrada a título de tributo. A restituição tardia e sem atualização é restituição incompleta e representa enriquecimento ilícito do Fisco. Correção monetária não constitui um plus a exigir expressa previsão legal. É, apenas, recomposição do crédito corroído pela inflação. O dever de restituir o que se recebeu indevidamente inclui o dever de restituir o valor atualizado. Se a letra fria da lei não cobre tudo o que no seu espírito se contém, a interpretação integrativa se impõe como medida de Justiça. Disposições legais anteriores à Lei nº 8.383/91 e princípios superiores do Direito brasileiro autorizam a conclusão no sentido de ser devida a correção na hipótese em exame. A jurisprudência unânime dos Tribunais reconhece, nesse caso, o direito à atualização do valor reclamado. O Poder Judiciário não cria, mas, tão-somente aplica o direito vigente. Se tem reconhecido esse direito é porque ele existe."*

Entretanto, a Lei nº 9.069, de 1995, extinguiu a correção monetária, inexistindo "índices oficiais" a partir de então.

Por sua vez, a taxa Selic não é taxa de correção monetária, mas sim de "juros de mora", criados pela Lei nº 9.430, de 1996, art. 61, § 3º.



MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 02, 02, 109

Sílvio Sampaio Barbosa  
Mat.: Siape 91745

CC02/C01  
Fls. 145

De fato, a partir do momento em que foram criados os juros compensatórios, a Selic incide desde a data do pagamento indevido ou a maior do que o devido, devendo ser calculada proporcionalmente ao período restante até o final do mês do recolhimento até a entrada em vigor da Lei nº 9.532, de 1997, que alterou o termo inicial dos juros em seu art. 73:

*"Art. 73. O termo inicial para cálculo dos juros de que trata o § 4º do art. 39 da Lei nº 9.250, de 1995, é o mês subsequente ao do pagamento indevido ou a maior que o devido."*

Conforme disposição do art. 81, II, da referida Lei, a aplicação desse artigo passou a vigorar em 1º de janeiro de 1998.

Considerando que se trata de juros compensatórios e não de correção monetária, a lei poderia alterar à vontade o termo inicial do cálculo.

Não há, no caso dos autos, indícios de que não tenham sido aplicados tais critérios, de forma que a alegação da interessada é improcedente.

Como se tratava de juros de mora e não de correção monetária, obviamente as conclusões do mencionado Parecer não poderiam ser aplicados em relação aos juros Selic.

Somente com a Lei nº 9.250, de 1995, art. 39, § 4º, é que a taxa Selic passou a ser utilizada para calcular os "juros compensatórios", figura jurídica que até então inexistia.

Em relação à aplicação de índices não oficiais de correção monetária, não há possibilidade de atender ao pedido da interessada, uma vez que inexiste previsão legal para sua aplicação.

O entendimento desta 1ª Câmara tem sido o de que se devem aplicar os índices da Norma de Execução Conjunta SRF/Cosit/Cosar nº 8, de 1997:

*"FINSOCIAL - CORREÇÃO MONETÁRIA DOS CRÉDITOS COMPENSADOS - APLICAÇÃO DOS ÍNDICES DA TABELA DE COEFICIENTES DA NORMA DE EXECUÇÃO CONJUNTA SRF/COSIT/COSAR Nº 08, DE 27 DE JUNHO DE 1997 - Havendo critério de correção monetária em norma existente legalmente apreciada pelo poder competente, deve a autoridade administrativa se adstringir a aplicar seu inteiro teor, sem fazer qualquer juízo de valor, sobretudo sobre a constitucionalidade ou não de sua abordagem. Recurso negado."*

Em relação à compensação do Finsocial com outros tributos federais, a Lei nº 8.383, de 1991, art. 66 criou a compensação entre tributos da mesma espécie. Posteriormente, a redação foi adaptada para esclarecer que a mesma destinação constitucional dos valores arrecadados era requisito para a compensação, que era realizada pelo próprio sujeito passivo em sua escrituração e no âmbito do lançamento por homologação.

Somente a partir da Lei nº 9.430, de 1996, que criou nova modalidade de compensação em seu art. 74, é que passou a ser possível a compensação de todos os tributos administrados pela Receita Federal, mediante a apresentação de pedido de sujeito passivo.

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE		
CONFERE COM O ORIGINAL		
Brasília,	02 / 02 / 09	
Sílvio Góes Barbosa		
Mat.: Siape 91745		

CC02/C01  
Fls. 146

A partir da MP nº 66, de 2002, todas as compensações realizadas pelo sujeito passivo passaram a ser efetuadas por meio da Declaração de Compensação.

Portanto, até anteriormente à Lei nº 9.430, de 1996, a compensação do Finsocial somente seria possível com as contribuições sociais do art. 195 da Constituição Federal.

Posteriormente, a compensação com outros tributos dependeria de apresentação de pedido ou de Declaração de Compensação, o que não é o caso dos autos.

Entretanto, não cabe tal discussão no âmbito do presente recurso, uma vez que o débito compensado foi de Cofins.

À vista do exposto, voto por negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 2008.

JOSE ANTONIO FRANCISCO

